



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

AD(CM) N.º 3/AIM/2025

**AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NO
ÂMBITO DE PROJETOS DA AIM, IP-RAM DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E
RESILIÊNCIA (PRR)**

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA



|| Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2 • Edifício Arriaga • 9000-064 Funchal || **Tel.:** (+351) 291 212 222 ||

|| || www.madeira.gov.pt || aim@madeira.gov.pt || NIPC: 517 252 481 || NISS: 251 7252 4817



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

1 – Objeto

O presente procedimento por ajuste direto tem por objeto a “*Aquisição de serviços de Assessoria Jurídica no Âmbito de Projetos da AIM, IP-RAM do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)*”, conforme as condições abaixo indicadas e de acordo com as especificações constantes do Caderno de Encargos.

2 – Entidade Adjudicante

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante é a Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM (AIM, IP-RAM), com sede na Avenida Arriaga n.º 42-B, 3.º andar, S. 3.2 – Edifício Arriaga, 9000-064 Funchal, com o telefone n.º 291 212 222 e endereço eletrónico aim@madeira.gov.pt.

3 – Decisão de contratar

A decisão de contratar prevista no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM, datada de 10 de abril de 2025, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2024/M/1, de 12 de agosto, diploma que aprovou o ORAM para 2024, que se mantém em vigor por força do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 28/92, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 30-C/92 de 28 de dezembro e da alínea i) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/M, de 28 de julho.

4 – Fundamento da escolha do procedimento

4.1 O contrato a celebrar tem prestações típicas do contrato de aquisição de serviços, conforme alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos.

4.2 A escolha do procedimento por ajuste direto para a formação do presente contrato é efetuada de acordo com o critério material, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

5 – Fornecimento das peças do procedimento

As peças do procedimento, bem como as respetivas retificações e a resposta aos pedidos de esclarecimentos, encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, bem como nas instalações da AIM, IP-RAM, sitas à Avenida Arriaga n.º 42-B, 3.º andar, S. 3.2 – Edifício Arriaga, 9000-064 Funchal.

6 – Prestação de Esclarecimentos

6.1 - No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, o interessado pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, por escrito através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

6.2. Para efeitos do Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

6.3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

6.4. Até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) A **Diretora da Unidade de Apoio Jurídico, de Recursos Humanos e de Contratação Pública** deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

6.5. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

6.6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

7 – Modo de apresentação da proposta

7.1 - A proposta e os documentos que a constituem são apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, disponível em www.acingov.pt.

7.2 - Todos os documentos, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

7.3 - Nos casos em que o certificado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do representante (Cópia de certidão da conservatória do registo comercial da empresa, ou, em alternativa, Certidão Permanente da empresa).

8 – Prazo de apresentação de proposta

As propostas devem ser entregues obrigatoriamente até às **17:00 horas do 6.º dia** a contar da data do envio do convite à apresentação de propostas.

9 – Proposta

9.1 - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

9.2 - Nos termos do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14/8, na sua redação atual, diploma que adaptou à RAM, o Código dos Contratos Públicos, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado, conforme anexo I ao convite à apresentação de propostas, que é disponibilizado em formato word;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

b) O preço unitário por hora e o preço total, em conformidade com o Anexo II ao presente Convite à apresentação de propostas e o preço total para o máximo de 135 horas fixadas no Caderno de Encargos;

c) Documentos que contenham aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência que o concorrente considere relevantes;

d) Documento oficial que indique o poder de representação do assinante da declaração e da proposta, caso os documentos da proposta não sejam assinados com certificado de assinatura digital qualificada de representação.

9.3 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa (sem prejuízo do n.º 2 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos), podendo ser utilizadas expressões em inglês.

9.4 - A proposta será assinada pelo concorrente ou seu representante.

9.5 - Não é permitida a apresentação de proposta com alterações às cláusulas do Caderno de Encargos.

9.6 - A não entrega de qualquer dos documentos, bem como a não inclusão de todos os elementos solicitados, referidos no ponto 9.2 determina a exclusão da proposta.

9.7 - A inclusão na proposta de termos ou condições desconformes com o estabelecido no presente Convite ou no Caderno de Encargos, importa a exclusão da respetiva proposta.

9.8 A falta de resposta à supressão de irregularidades que tenham sido detetadas na proposta dentro do prazo fixado para o efeito, determina a exclusão da mesma.

10 – Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

11 – Prazo de manutenção da proposta

O prazo de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

12 - Negociação da proposta

A proposta não será objeto de negociação.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

13 – Caução

Não é exigida caução ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

14 – Documentos de habilitação

14.1 - No prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração conforme Anexo II-M a que se refere a al. a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, devendo ser utilizada a declaração disponibilizada no âmbito deste procedimento em formato Word, que segue como Anexo III;

b) Cópia de certidão da conservatória do registo comercial da empresa, ou, em alternativa, Certidão Permanente da empresa;

c) Cópia de certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa, em efetividade de funções;

d) Cópia de certificado do registo criminal da empresa;

e) Cópia de certidão comprovativa de que a empresa se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas para com a Segurança Social;

f) Cópia de Certidão comprovativa de que a empresa se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal;

g) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) atualizado, nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;

h) Cópia do certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, exceto, tratando-se de concorrente português sujeito a registo comercial, caso em que este documento será dispensado pelo facto de a certidão prevista na alínea b) fazer prova suficiente da inscrição no aludido registo;

i) O adjudicatário deve ainda apresentar, nos termos do o n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14/08, em relação ao último exercício económico e ainda do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, os seguintes documentos:





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

i) Modelo 22, acompanhado pelo anexo C quando aplicável;

iii) Modelo 10;

iv) DMR - Declaração Mensal de Remunerações, emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira;

iv) Anexo Q do IES.

v) Anexo R do IVA.

j) Quando não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, o adjudicatário deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação, conforme disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, na sua redação atual, que segue como anexo IV ao convite e é disponibilizada em formato word;

14.2 – No mesmo prazo fixado no número anterior, o adjudicatário deve proceder à confirmação, se for o caso, dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

14.3 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados, as mesmas deverão ser supridas pelo adjudicatário no prazo de 2 (dois) dias a contar da notificação para a sua correção.

14.4 - Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

14.5 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

15 – Autorizações no âmbito do n.º 5 do artigo 36.º

Foi obtida **autorização prévia de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças**, por despacho datado de 4 de abril de 2025, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 66.º do Decreto Legislativo Regional 6/2024/M, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2024/M/1, de 12 de agosto, mantido em vigor pelo artigo 15.º da Lei n.º 28/92, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 30-C/92 de 28 de dezembro, comunicada através do ofício SRF/4708/2025, de 7 de abril.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

16 – Definição do preço base

O preço base de 21.600,00 € ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, foi definido em função do valor/hora pago em contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica vigente em 2024.

17 - Legislação Aplicável

Em tudo o que é omissa no presente ofício convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO II

Declaração da proposta

(a que se refere a alínea b) do ponto 9.2)

1. ... (nome, número de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal ou número de identificação de pessoa coletiva e sede ou morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo ao contrato a celebrar na sequência do procedimento por Ajuste Direto (CM) N.º 3/AIM/2025, para “*Aquisição de serviços de Assessoria Jurídica no Âmbito de Projetos da AIM, IP-RAM do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)*”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. A sua representada compromete-se a executar o contrato de acordo com o disposto no n.º 2 da Cláusula 7.^a, do Caderno de Encargos, pelo **valor/hora de € (...)** e pelo **valor global de até €**.

3. Ao preço global mencionado acresce o valor do imposto sobre o valor acrescentado, à taxa de 22 %, no valor de € (.... euros).

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO III

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».(5)

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M).





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO IV

Modelo de Declaração

(Para efeitos do n.º 5 do disposto no art.º 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14/08, na sua atual redação que adapta o CCP à RAM)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) declara sob compromisso de honra, para efeitos do n.º 5 do art.º 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14/08, que adapta o CCP à RAM, **sob compromisso de honra**, que a sua representada, tendo conhecimento que o adjudicatário está obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, **não preenche** as condições legais relativas ao cumprimento das seguintes obrigações declarativas: (deve indicar apenas os documentos a que o adjudicatário está **dispensado** de entregar eliminando os restantes)

- a) Última Declaração de Rendimentos **Modelo 22**;
- b) **Anexo C** do modelo 22, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
- c) Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (**Modelo 10**)
- d) Declaração Mensal de Remunerações (**DMR**) no formato da Autoridade Tributária e Aduaneira;
- e) **Anexo Q** da última informação empresarial simplificada (IES);
- f) **Anexo R** da última declaração periódica do IVA.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

